

1. De acordo com a Lei dos Registros Públicos, uma certidão poderá ser lavrada no seguinte formato:
 - a) Inteiro teor, resumo, relatório.
 - b) Inteiro teor, ementa, relatório.
 - c) Completa, parcial, ementa.
 - d) Completa, simples, resumo.
2. A lei 6015/73 no tocante aos registros públicos conceitua como Livro nº 3 como o livro de Registro Auxiliar, o qual será destinado ao registro dos atos que, sendo atribuídos ao Registro de Imóveis por disposição legal, não digam respeito diretamente a imóvel matriculado. Serão registrados no Livro 3 - Registro Auxiliar, **EXCETO**:
 - I. Títulos como o *warrant* e o conhecimento de depósito.
 - II. A emissão de debêntures, sem prejuízo do registro eventual e definitivo, na matrícula do imóvel, da hipoteca, anticrese ou penhor que abonarem especialmente tais emissões, firmando-se pela ordem do registro a prioridade entre as séries de obrigações emitidas pela sociedade.
 - III. As convenções de condomínio.
 - IV. O penhor de máquinas e de aparelhos utilizados na indústria, instalados e em funcionamento, com os respectivos pertences ou sem eles.A sequência correta é:
 - a) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - b) Apenas a assertiva I está correta.
 - c) Apenas a assertiva III está correta.
 - d) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
3. No caso de uma criança morrer na ocasião do parto, tendo, entretanto, respirado: qual será o procedimento cartorário relacionado ao registro:
 - a) Será dispensado tanto o assento de nascimento quanto o de óbito, havendo apenas registro de ocorrência hospitalar para fins estatísticos.
 - b) Serão feitos os dois assentos, o de nascimento e o de óbito, com os elementos cabíveis e com remissões recíprocas.
 - c) Será feito apenas o assento de óbito, com os elementos cabíveis e com remissões recíprocas.
 - d) Será dispensado o assento de nascimento por se tratar de natimorto.
4. Maria deu a luz a dois meninos, gêmeos univitelinos ou idênticos. A mãe pretende dar o mesmo prenome para os dois. Qual deve ser o procedimento cartorial no caso de gêmeos?
 - a) Será admitido que gêmeos idênticos tenham o prenome igual, sem mais observações, pois com o passar do tempo as diferenças físicas iram automaticamente distingui-los.
 - b) A lei de registro Público não prevê a possibilidade de que gêmeos tenham o prenome igual.
 - c) Os gêmeos que tiverem o prenome igual deverão ser inscritos com duplo prenome ou nome completo diverso, de modo que possam distinguir-se.
 - d) Os gêmeos que tiverem o prenome igual deverão ser inscritos em livro especial (Livro 3), com a anotação de numeração por ordem de nascimento. Exemplo: Pedro I e Pedro II.
5. Quando o juiz conceder emancipação ao relativamente incapaz, deverá comunicá-la, de ofício, ao oficial de registro, se não constar dos autos haver sido efetuado este dentro do prazo de:
 - a) Vinte dias.
 - b) Oito dias.
 - c) Quinze dias.
 - d) Dez dias.
6. No Registro de Títulos e Documentos será feita a transcrição:
 - I. Dos instrumentos particulares, para a prova das obrigações convencionais de qualquer valor.
 - II. Do penhor comum sobre coisas móveis.
 - III. Da caução de títulos de crédito pessoal e da dívida pública federal, estadual ou municipal, ou de Bolsa ao portador.
 - IV. Do contrato de parceria agrícola ou pecuária.A sequência correta é:
 - a) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
 - b) Apenas a assertiva III está correta.
 - c) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - d) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
7. No tocante ao cancelamento de um registro público pode-se afirmar:
 - a) O cancelamento poderá ser feito em virtude de sentença ou de documento autêntico de quitação ou de exoneração do título registrado.
 - b) Apenas poderá ocorrer o cancelamento por decisão do Supremo Tribunal Federal.
 - c) O cancelamento apenas poderá ser feito em virtude de sentença.
 - d) Apenas poderá ocorrer o cancelamento por decisão do Superior Tribunal de Justiça.
8. São considerados, para fins de escrituração, credores e devedores, respectivamente:
 - I. Na constituição de renda, o beneficiário e o rendeiro censuário.
 - II. No usufruto, o usufrutuário e nu-proprietário.
 - III. Na anticrese, o mutuante e mutuário.
 - IV. Na enfiteuse, o senhorio e o enfiteuta.A sequência correta é:
 - a) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
 - b) Apenas a assertiva III está correta.
 - c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
 - d) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
9. A certidão de ações reais e pessoais reipersecutórias, relativas ao imóvel, e a de ônus reais, expedidas pelo Registro de Imóveis competente, terá um prazo de validade, para este fim de:
 - a) Noventa Dias.
 - b) Sessenta Dias.
 - c) Quinze dias.
 - d) Trinta dias.
10. O atendimento ao público dos Serviços notariais e de registro será, no mínimo, de:
 - a) Quatro horas diárias.
 - b) Oito horas diárias.
 - c) Seis horas diárias.
 - d) Sete horas diárias.
11. Aos tabeliães de protesto de título compete privativamente:
 - I. Protocolar de imediato os documentos de dívida, para prova do descumprimento da obrigação.
 - II. Intimar os devedores dos títulos para aceitá-los, devolvê-los ou pagá-los, sob pena de protesto.
 - III. Receber o pagamento dos títulos protocolizados, dando quitação.
 - IV. Lavar os atos, contratos e instrumentos relativos a transações de embarcações a que as partes devam ou queiram dar forma legal de escritura pública.A sequência correta é:
 - a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
 - b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
 - c) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
 - d) Apenas a assertiva III está correta.
12. Sobre os notários e oficiais de registro pode-se afirmar:
 - I. Os notários e oficiais de registro responderão pelos danos que eles e seus prepostos causem a terceiros, na prática de atos próprios da serventia, assegurado aos primeiros direito de regresso no caso de dolo ou culpa dos prepostos.
 - II. No serviço de que é titular, o notário e o registrador poderão praticar, pessoalmente, qualquer ato de seu interesse, ou de interesse de seu cônjuge ou de parentes, na linha reta, ou na colateral, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau.
 - III. Os notários e os oficiais de registro poderão, para o desempenho de suas funções, contratar escreventes, dentre eles escolhendo os substitutos, e auxiliares como empregados, com remuneração livremente ajustada e sob o regime da legislação do trabalho.
 - IV. O exercício da atividade notarial e de registro é incompatível com o da advocacia, o da intermediação de seus serviços ou o de qualquer cargo, emprego ou função públicos, ainda que em comissão.A sequência correta é:
 - a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
 - b) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
 - c) Apenas a assertiva III está correta.
 - d) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

13. No Registro de Imóveis, além da matrícula, serão feitos, com **EXCEÇÃO** da:
- Comunicação de Saída Definitiva do País.
 - Enfiteuse.
 - Anticrese.
 - Convenção antenupcial.
14. Os notários e os oficiais de registro estão sujeitos, pelas infrações que praticarem, assegurado amplo direito de defesa, às seguintes penas:
- Repreensão.
 - Perda da delegação.
 - Reclusão e Multa.
 - Suspensão por noventa dias, prorrogável por mais trinta.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I e II estão corretas.
 - Apenas as assertivas II e III estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
 - Apenas a assertiva III está correta.
15. Extinguir-se-á a delegação a notário ou a oficial de registro por:
- Morte.
 - Aposentadoria facultativa.
 - Invalidez.
 - Renúncia.
- A sequência correta é:
- Apenas a assertiva I está correta.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e II estão corretas.
16. Em relação à Seguridade Sópica, o notários, oficiais de registro, escreventes e auxiliares são:
- Vinculados à previdência social, de âmbito estadual, e têm assegurada a contagem recíproca de tempo de serviço em sistemas diversos.
 - Vinculados à previdência social, de âmbito federal, e têm assegurada a contagem recíproca de tempo de serviço em sistemas diversos.
 - Vinculados à previdência social, de âmbito estadual, não tendo assegurada a contagem recíproca de tempo de serviço em sistemas diversos.
 - Vinculados à previdência social, de âmbito federal, não tendo assegurada a contagem recíproca de tempo de serviço em sistemas diversos.
17. Os Estados e o Distrito Federal fixarão o valor dos emolumentos relativos aos atos praticados pelos respectivos serviços notariais e de registro, podendo ser cobrado os emolumentos, salvo casos de hipossuficiência, com **EXCEÇÃO**:
- Emolumentos em decorrência da prática de os atos comuns aos vários tipos de serviços notariais e de registro, como por exemplo protocolização, intimação, protesto e registro do instrumento de protesto, quando houver, de qualquer título cambiário, inclusive certidão, além das despesas de edital, remessa postal e condução, sobre o valor do título.
 - Emolumentos em decorrência de revogação de testamento ou codicilo.
 - Emolumentos em decorrência de escritura de convenção de condomínio.
 - Emolumentos em decorrência da prática de ato de retificação ou que teve de ser refeito ou renovado em razão de erro imputável aos respectivos serviços notariais e de registro.
18. Para o Estatuto da Criança e Adolescente considera-se criança a pessoa até:
- Doze anos de idade incompletos.
 - Quatorze anos de idade incompletos.
 - Oito anos de idade incompletos.
 - Dez anos de idade incompletos.
19. A partir da protocolização do título ou documento de dívida o protesto será registrado dentro de:
- Sete dias úteis.
 - Cinco dias úteis.
 - Três dias úteis.
 - Dois dias úteis.
20. O vínculo da adoção constitui-se por sentença judicial, que será inscrita no registro civil mediante mandado do qual não se fornecerá certidão, sendo que a nova inscrição consignará:
- O nome dos adotantes como pais, bem como o nome de seus ascendentes.
 - Cláusula de adoção constando apenas o registro da sentença e o número do processo, comarca e vara de origem.
 - O nome dos adotantes como pais, sem registro de linha de ascendentes.
 - Não fará menção do nome dos adotantes ou ao processo, comarca e vara de origem.
21. A sentença de adoção conferirá ao adotado o nome do adotante; mas em relação ao prenome pode-se afirmar que:
- Não poderá ser modificado.
 - Poderá ser modificado apenas se for vexatório ou causar constrangimento ao adotado, a pedido exclusivo do adotado.
 - Poderá ser modificado a pedido de qualquer deles (adotante ou adotado).
 - Poderá ser modificado privativamente a pedido do adotado.
- A sequência correta é:
- As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas a assertiva III está correta.
 - Apenas a assertiva I está correta.
 - Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
22. A adoção por brasileiro residente no exterior em país ratificante da Convenção de Haia, cujo processo de adoção tenha sido processado em conformidade com a legislação vigente no país de residência e porém sem ter atendido o disposto na Alínea "c" do Artigo 17 da referida Convenção, para ser válido deverá a deverá a sentença ser:
- Homologada pelo Superior Tribunal de Justiça.
 - Homologada pelo Supremo Tribunal Federal.
 - Homologada pelo Tribunal de Justiça do Estado onde for residir o interessado.
 - Homologada por Juiz de Direito na Comarca onde for residir o interessado.
23. Para o Estatuto da Criança e Adolescente considera-se adolescente a pessoa que se encontra com idade:
- Entre treze e dezoito anos de idade.
 - Entre dez e dezoito anos de idade.
 - Entre quatorze e dezoito anos de idade.
 - Entre doze e dezoito anos de idade.
24. O Protesto é o ato formal e solene pelo qual se prova a:
- Inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida.
 - Mora em títulos e outros documentos de dívida.
 - Hipossuficiência econômica do protestado perante a sociedade civil.
 - Inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em contratos públicos com origem na Lei 8.666/93.
25. Não havendo prazo assinado, o termo inicial da incidência de juros, taxas e atualizações monetárias sobre o valor da obrigação contida no título ou documento de dívida será:
- A data da intimação do protesto.
 - A data do acolhimento da devolução.
 - A data do aceite.
 - A data do registro do protesto.
26. Durante o curso processual em matéria civil poderá ser considerado litigante de má-fé aquele que:
- Proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo.
 - Alterar a verdade dos fatos.
 - Deduzir pretensão ou defesa contra texto não expresso de lei ou fato controverso.
 - Usar do processo para conseguir objetivo ilegal.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I e III estão corretas.
 - As assertivas I, II e IV estão corretas.
 - Apenas a assertiva III está correta.
 - Apenas as assertivas I e IV estão incorretas.

27. Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, sendo que este fenômeno jurídico será conceituado de:
- Litisconsórcio.
 - Nomeação à Autoria.
 - Assistência.
 - Denúnciação da Lide.
28. Após a leitura do enunciado apresentado a seguir, identifique a afirmação correta:
- “Em matéria de direito civil a ação fundada em direito pessoal e a ação fundada em direito real sobre bens móveis serão propostas, em regra, no foro do domicílio do réu. (Código de Processo Civil, artigo 94)”*
- Tendo mais de um domicílio, o réu será demandado no foro de qualquer deles.
 - Sendo incerto ou desconhecido o domicílio do réu, ele será demandado onde for encontrado ou no foro do domicílio do autor.
 - Quando o réu não tiver domicílio nem residência no Brasil, a ação será proposta no foro do domicílio do autor; e se este também residir fora do Brasil, a ação será proposta em qualquer foro.
 - Havendo dois ou mais réus, com diferentes domicílios, serão demandados no foro de domicílio do réu mais idoso.
- A sequência correta é:
- As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
 - Apenas a assertiva III está correta.
 - Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
29. A competência em razão da matéria e da hierarquia é inderrogável por convenção das partes; mas estas podem modificar a competência em razão do valor e do território, elegendo foro onde serão propostas as ações oriundas de direitos e obrigações. Portanto pode-se afirmar que o foro contratual:
- Os herdeiros legais necessários, exclusivamente.
 - Não obriga as partes por se tratar de matéria de competência territorial.
 - Obriga os herdeiros e sucessores das partes, inclusive.
 - Apenas as partes contratantes.
30. Em material de processo civil, reputa-se fundada a suspeição de parcialidade do juiz quando:
- O juiz for manifestamente interessado no julgamento da causa em favor de uma das partes.
 - O juiz for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes.
 - O juiz for herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de alguma das partes.
 - O juiz receber dádivas antes ou depois de iniciado o processo; aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa, ou subministrar meios para atender às despesas do litígio.
- A sequência correta é:
- Apenas a assertiva III está correta.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e II estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
31. Se o processo civil tiver corrido, sem conhecimento do Ministério Público, em ação que a lei exija sua presença e manifestação, o juiz anulará o referido processo:
- Desde a citação da parte ex-adversa.
 - A partir da réplica.
 - Desde a sua distribuição.
 - A partir do momento em que o órgão devia ter sido intimado.
32. Serão registrados em registro público:
- Os nascimentos, casamentos e óbitos.
 - A emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz.
 - A interdição por incapacidade absoluta ou relativa.
 - A sentença declaratória de ausência e de morte presumida.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I e II estão corretas.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas a assertiva III está correta.
 - Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
33. O direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro:
- Prescreve em cinco anos.
 - Decai em cinco anos.
 - Decai em três anos.
 - Decai em dez anos.
34. No caso das associações civis, compete privativamente à assembleia geral:
- Indicar o conselho fiscal.
 - Destituir os administradores.
 - Alterar o estatuto.
 - Contrair financiamentos em nome da associação.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas II e III estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
 - Apenas a assertiva III está correta.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
35. Na atual conjuntura jurídica do Código Civil Brasileiro uma fundação somente poderá constituir-se para fins:
- Religiosos, políticos, culturais ou educacionais.
 - Religiosos, políticos, culturais ou de assistência.
 - Religiosos, educacionais, culturais ou de assistência.
 - Religiosos, morais, culturais ou de assistência.
36. Ter-se-á por domicílio da pessoa natural:
- Aquela que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada.
 - O lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.
 - Quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida.
 - Se caso estive presa, será o local onde cumpre a sentença.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I e II estão corretas.
 - Apenas a assertiva III está correta.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
37. São exemplos de bens públicos:
- Rios, mares, estradas, ruas e praças.
 - Estradas, ruas e coletivos urbanos.
 - A sede do Supremo Tribunal Federal.
 - Logradouros em geral.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
 - Apenas a assertiva I está correta.
 - Apenas as assertivas I e II estão corretas.
 - Apenas a assertiva II está correta.
38. Quanto à validade do negócio jurídico e seus requisitos, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- Validade do negócio jurídico dependerá de objeto lícito, possível, determinado ou determinável.
 - Validade do negócio jurídico dependerá de forma prescrita ou defesa em lei.
 - Validade do negócio jurídico dependerá de agente capaz.
 - Validade do negócio jurídico dependerá de previsão legal.
39. Os poderes de representação poderão ser conferidos:
- Exclusivamente por lei.
 - Privativamente e exclusivamente pelo interessado.
 - Exclusivamente por sentença judicial.
 - Por lei ou pelo interessado.
40. Quanto o negócio for concluído pelo representante que estive em conflito de interesses com o representado, e se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou, o negócio será:
- Nulo.
 - Válido por seus efeitos até o instante em que o terceiro de boa-fé teve conhecimento do conflito de interesses com o representado.
 - Anulável.
 - Válido tendo em vista a boa-fé de terceiros.

41. Para fins de prazo civil considera-se Meado:
- Em qualquer mês, o seu décimo quinto dia, com exceção do mês de fevereiro, o qual será considerado o décimo quarto dia.
 - A metade do prazo que a lei prever.
 - Em qualquer mês, o dia quinze, independentemente de que o vencimento venha a cair em feriado.
 - Em qualquer mês, o seu décimo quinto dia, e se dia do vencimento cair em feriado, considerar-se-á prorrogado o prazo até o seguinte dia útil.
42. As deliberações dos sócios, em sociedade limitada, serão tomadas em reunião ou em assembleia, conforme previsto no contrato social, devendo ser convocadas pelos administradores nos casos previstos em lei ou no contrato, sendo que a deliberação em assembleia será obrigatória se o número dos sócios for superior a:
- Vinte.
 - Cinco.
 - Cem.
 - Dez.
43. São características da sociedade cooperativa:
- Concurso de sócios em número mínimo necessário a compor a administração da sociedade, sem limitação de número máximo.
 - Limitação do valor da soma de quotas do capital social que cada sócio poderá tomar.
 - Direito de cada sócio a um só voto nas deliberações, tenha ou não capital a sociedade, e qualquer que seja o valor de sua participação.
 - Divisibilidade do fundo de reserva entre os sócios, mesmo em caso de dissolução da sociedade.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e II estão corretas.
44. Após a leitura do enunciado apresentado a seguir, identifique a afirmação correta:
- Movimento de conversão das sociedades empresariais em que uma ou várias sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações, devendo todas aprová-la, na forma estabelecida para os respectivos tipos.*
- O texto acima se refere a:
- Fusão.
 - Falência.
 - Incorporação.
 - Cisão.
45. No movimento empresarial conceituado legalmente como fusão as sociedades que se unem, para formar sociedade nova, serão:
- Revogadas.
 - Suspensas.
 - Incorporadas.
 - Extintas.
46. Após a leitura do capítulo XI, do Código Civil Brasileiro, o qual trata da Sociedade Dependente de Autorização, conclui-se que a sociedade estrangeira, qualquer que seja o seu objeto, não poderá funcionar no País, ainda que por estabelecimentos subordinados (podendo, todavia, ressalvados os casos expressos em lei, ser acionista de sociedade anônima brasileira) sem prévia autorização:
- Do Supremo Tribunal Federal.
 - Do Poder Executivo.
 - Da Junta Comercial do Estado da Federação onde irá sediar-se.
 - Do Superior Tribunal de Justiça.
47. Em matéria empresarial todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária será denominado:
- Complexo Empresarial.
 - Estabelecimento.
 - Sociedade.
 - Empresa.
48. A respeito do nome empresarial é correto afirmar:
- A sociedade cooperativa funciona sob denominação integrada pelo vocábulo "cooperativa".
 - A sociedade anônima opera sob denominação designativa do objeto social, integrada pelas expressões "sociedade anônima" ou "companhia", por extenso ou abreviadamente.
 - A sociedade em conta de participação funciona sob denominação integrada pelo vocábulo "sociedade em conta de participação".
 - A sociedade em comandita por ações pode, em lugar de firma, adotar denominação designativa do objeto social, aditada da expressão "comandita por ações".
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e III estão corretas.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e II estão corretas.
49. O preposto permanente no exercício da empresa, na sede desta, ou em sucursal, filial ou agência, é considerado à luz do Código Civil, como:
- Gerente.
 - Supervisor Legal.
 - Procurador.
 - Interventor.
50. Sobre os efeitos da posse pode-se afirmar:
- O possuidor de boa-fé tem direito à indenização das benfeitorias necessárias e úteis, bem como, quanto às voluptuárias, se não lhe forem pagas, a levantá-las, quando o puder sem detrimento da coisa, e poderá exercer o direito de retenção pelo valor das benfeitorias necessárias e úteis.
 - O possuidor de boa-fé responde pela perda ou deterioração da coisa, a que não der causa.
 - O possuidor de má-fé responde por todos os frutos colhidos e percebidos, bem como pelos que, por culpa sua, deixou de perceber, desde o momento em que se constituiu de má-fé; tem direito às despesas da produção e custeio.
 - O possuidor de má-fé responde pela perda, ou deterioração da coisa, ainda que acidentais, salvo se provar que de igual modo se teriam dado, estando ela na posse do reivindicante.
- A sequência correta é:
- As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e II estão corretas.
51. Em matéria tributária consta expresso no texto constitucional, **EXCETO**:
- A aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição.
 - A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.
 - As taxas poderão ter base de cálculo própria de impostos.
 - A pessoa natural destinatária das operações de importação poderá ser equiparada a pessoa jurídica.
52. Compete à União instituir impostos sobre:
- Exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados.
 - Operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.
 - Operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
 - Propriedade territorial rural e sobre a renda e proventos de qualquer natureza.
- A sequência correta é:
- As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e II estão corretas.

53. É isento do imposto de renda o ganho auferido por pessoa física residente no País na venda de imóveis residenciais, desde que o alienante, em um prazo determinado, a ser contado da celebração do contrato, aplique o produto da venda na aquisição de imóveis residenciais localizados no País. A aplicação parcial do produto da venda implica tributação do ganho proporcionalmente ao valor da parcela não aplicada. Para fins dessa isenção, integram o valor de aquisição do novo imóvel as despesas de corretagem, o imposto de transmissão (ITBI) e as despesas com a escritura e o registro do imóvel, cujo ônus tenha sido do adquirente.
- O prazo determinado em lei a que se refere o enunciado acima é de:
- Cento e oitenta dias.
 - Cento e vinte dias.
 - Sessenta dias.
 - Noventa dias.
54. As despesas com aquisição de esfínter urinário artificial, de uso interno, somente são dedutíveis da base de cálculo do Imposto sobre a Renda quando:
- Quando o valor do mesmo integrar a conta emitida pelo estabelecimento hospitalar relativamente a uma despesa médica dedutível.
 - Quando o valor do mesmo for inferior a meio salário mínimo e o montante for passível de dedução pelo contribuinte.
 - Quando o valor do mesmo integrar uma nota fiscal única do produto, com o detalhamento das funções do equipamento.
 - Quando o valor do mesmo for inferior a cem reais e o montante for passível de dedução pelo contribuinte.
55. A taxa de ocupação de terrenos da União, calculada sobre o valor do domínio pleno do terreno, anualmente atualizado pelo Serviço do Patrimônio da União (SPU), será, a partir do exercício de 1988, de:
- 5% (dois por cento) para as ocupações já inscritas e para aquelas cuja inscrição seja requerida, ao SPU, até 30 de setembro de 1988 e de 2% (cinco por cento) para as ocupações cuja inscrição seja requerida ou promovida ex officio, a partir de 1º de outubro de 1988.
 - 2% (dois por cento) para as ocupações já inscritas e para aquelas cuja inscrição seja requerida, ao SPU, até 30 de setembro de 1988 e de 4% (cinco por cento) para as ocupações cuja inscrição seja requerida ou promovida ex officio, a partir de 1º de outubro de 1988.
 - 3% (dois por cento) para as ocupações já inscritas e para aquelas cuja inscrição seja requerida, ao SPU, até 30 de setembro de 1988 e de 5% (cinco por cento) para as ocupações cuja inscrição seja requerida ou promovida ex officio, a partir de 1º de outubro de 1988.
 - 2% (dois por cento) para as ocupações já inscritas e para aquelas cuja inscrição seja requerida, ao SPU, até 30 de setembro de 1988 e de 5% (cinco por cento) para as ocupações cuja inscrição seja requerida ou promovida ex officio, a partir de 1º de outubro de 1988.
56. Não descaracteriza a condição de segurado especial junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS, **EXCETO**:
- A associação em cooperativa agropecuária.
 - Ser beneficiário ou fazer parte de grupo familiar que tem algum componente que seja beneficiário de programa assistencial oficial de governo.
 - A outorga, por meio de contrato escrito de parceria, meação ou comodato, de até 50% (cinquenta por cento) de imóvel rural cuja área total não seja superior a 4 (quatro) módulos fiscais, desde que outorgante e outorgado continuem a exercer a respectiva atividade, individualmente ou em regime de economia familiar.
 - A exploração da atividade turística da propriedade rural, inclusive com hospedagem, por não mais de 180 (cento e oitenta) dias ao ano.
57. O servidor civil ocupante de cargo efetivo ou o militar da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, bem como o das respectivas autarquias e fundações, são excluídos do Regime Geral de Previdência Social consubstanciado nesta Lei, desde que amparados por regime próprio de previdência social; porém se caso o servidor ou o militar venham a exercer, concomitantemente, uma ou mais atividades abrangidas pelo Regime Geral de Previdência Social, este se tornará:
- Segurado especial em relação a essas atividades.
 - Contribuinte individual em relação a essas atividades.
 - Segurado obrigatório em relação a essas atividades.
 - Segurado facultativo em relação a essas atividades.
58. O ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa poderá buscar a condição de segurado da Previdência Social:
- Como empregado doméstico.
 - Como contribuinte individual.
 - Como trabalhador avulso.
 - Como segurado especial.
59. Todo aquele que exercer, concomitantemente, mais de uma atividade remunerada sujeita ao Regime Geral de Previdência Social é obrigatoriamente filiado em relação a cada uma delas e deverá contribuir da seguinte forma:
- Contribuir apenas na atividade remunerada que exercer a mais tempo, pois esta será considerada a ocupação principal.
 - Contribuição única calculada sobre o valor total de sua remuneração, o fazendo por via de GPS-Guia de Previdência Social.
 - Em cada atividade remunerada segundo regra específica, observado o teto de contribuição do INSS e sua tabela de alíquotas de contribuição.
 - Contribuir apenas na atividade remunerada que perceber a maior remuneração, pois esta será considerada a ocupação principal.
60. Não integram o salário-de-contribuição para os fins Previdenciários, exclusivamente, com **EXCEÇÃO**:
- Das importâncias recebidas a título de ganhos eventuais e os abonos expressamente desvinculados do salário.
 - Do salário-maternidade.
 - Das importâncias recebidas a título de incentivo à demissão.
 - Das importâncias relativas à indenização por tempo de serviço, anterior a 5 de outubro de 1988, do empregado não optante pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-FGTS.
61. No que tange aos dos direitos e deveres individuais e coletivos fixados no artigo quinto da Constituição Federal de 1988 pode-se afirmar:
- É garantida a livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
 - Será livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
 - É defeso a livre a manifestação do pensamento.
 - Será assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e III estão corretas.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
62. É da competência exclusiva do Congresso Nacional, com **EXCEÇÃO** de:
- Aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato.
 - Aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.
 - Mudar temporariamente sua sede.
 - Autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar.
63. A Constituição Federal de 1988 textualmente considera com patrimônio nacional alguns ecossistemas específicos, sendo que sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais. São esses ecossistemas:
- A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, o Serrado, o Pantanal Mato-Grossense e a Planície Litorânea.
 - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira.
 - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Chapada da Diamantina, o Pantanal Mato-Grossense e a ilha de Fernando de Noronha.
 - A Floresta Equatorial, a Mata Atlântica, a Chapada dos Veadeiros, o Pantanal Mato-Grossense e a ilha de Fernando de Noronha.

64. Em matéria Constitucional referente à proteção ao meio ambiente, o Poder Público está incumbido por força da Carta Magna a:
- Promover a educação ambiental apenas no ensino fundamental ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.
 - Exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.
 - Preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do país e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.
 - Preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e III estão corretas.
 - Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
65. Em regra geral é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos. Poderá em alguns casos a lei permitir se houver compatibilidade de horários, como por exemplo, aquele mantiver a acumulação de:
- Um cargo de técnico ou científico civil e outro de militar de carreira nas Forças Armadas.
 - Dois cargos de professor com dedicação exclusiva em Universidades Federais, desde que em unidades da Federação Distintas.
 - Um cargo de professor com outro técnico ou científico.
 - Um cargo de policial militar e outro de militar de carreira nas Forças Armadas.
66. Se por ato jurídico perfeito a administração pública determinar que um imóvel destinado à instalação de um hospital público deixa de ter essa função e passará a ser um bem disponível, pode-se afirmar que tal ato trata-se de:
- Incorporação.
 - Usucapião Dominical.
 - Desafetação.
 - Desapropriação.
67. Em relação a Ação Civil Pública a sentença fará coisa julgada *erga omnes*, nos limites da competência territorial do órgão prolator, **EXCETO**:
- Se o pedido for julgado improcedente por ilegitimidade ativa.
 - Se o pedido for julgado improcedente por ilegitimidade passiva.
 - Se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.
 - Se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado não poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, mesmo valendo-se de nova prova.
68. Não cabe mandado de segurança contra os atos:
- De tomada de decisão um Delegado do Departamento Estadual de Trânsito.
 - De gestão educacional de um Reitor de uma Universidade Federal.
 - De gestão administrativa de um Secretário de Saúde de um Município.
 - De gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
69. No caso específico do Mandado de Segurança em despacho inicial o juiz ordenará que se notifique o coator do conteúdo da petição inicial, enviando-lhe a segunda via apresentada com as cópias dos documentos, estipulando para que preste informações no prazo de:
- Quinze dias.
 - Dez dias.
 - Cinco dias úteis.
 - Cinco dias.
70. Os processos de mandado de segurança e os respectivos recursos terão prioridade sobre todos os atos judiciais, **SALVO**:
- Alimentos Provisionais.
 - Habeas data.
 - Relaxamento de Prisão em Flagrante Delito.
 - Habeas corpus.
71. São características da Constituição Federal de 1891.
- Instituição da forma federativa de Estado e da forma republicana de governo, instituição do habeas corpus.
 - Poder moderador, eleições indiretas e censitárias.
 - Eleição indireta para presidente da República, com mandato de seis anos.
 - Incorporação da Justiça do Trabalho e do Tribunal Federal de Recursos ao Poder Judiciário.
72. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Segundo a Constituição Federal de 1988, compete ao Poder Público, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:
- Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
 - Diversidade na forma de participação no custeio.
 - Irredutibilidade do valor dos benefícios.
 - Caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão bipartite, com participação dos trabalhadores, e do Governo nos órgãos colegiados.
- A sequência correta é:
- Apenas a assertiva III está correta.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e II estão corretas.
 - Apenas as assertivas II e IV estão incorretas.
73. Segundo a Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como alguns de seus fundamentos:
- A cidadania, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político.
 - A soberania, a dignidade da pessoa humana, construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
 - A soberania, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
 - Dignidade da pessoa humana, o pluralismo político, erradicação da pobreza e a marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais.
74. O Conselho de Defesa Nacional é órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático, e dele participam como membros natos:
- O Vice-Presidente da República, Presidente do Senado Federal.
 - O Ministro da Justiça, Ministro de Estado da Defesa.
 - Os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, Ministro do Planejamento.
 - O Presidente da Câmara dos Deputados, Ministro das Relações Exteriores.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I e II estão corretas.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas a assertiva III está correta.
 - Apenas as assertivas II e IV estão incorretas.
75. O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza. Durante este período poderão vigorar medidas coercitivas, dentre as seguintes:
- Restrições aos direitos de reunião, ainda que exercida no seio das associações.
 - Sigilo de correspondência, sigilo de comunicação telegráfica e telefônica, detenção em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns.
 - Ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos, na hipótese de calamidade pública, respondendo a União pelos danos e custos decorrentes.
 - Obrigações de permanência em localidade determinada, busca e apreensão em domicílio.
- A sequência correta é:
- As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas II e IV estão incorretas.
 - Apenas as assertivas I e II estão corretas.
 - Apenas a assertiva III está correta.

76. O inquérito policial, atividade específica da polícia denominada judiciária tem prazo certo para a conclusão das investigações segundo o Código de Processo Penal, devendo encerrar em regra:
- Em 10 dias para indiciado preso ou em 30 dias para indiciado solto.
 - Em 5 dias para indiciado preso ou em 15 dias para indiciado solto.
 - Em 15 dias independentemente de o indiciado estar preso ou solto.
 - Em 15 dias independentemente de o indiciado estar preso ou solto.
77. No que diz respeito ao inquérito policial, são Incumbências da autoridade policial, **EXCETO**:
- Realizar as diligências requisitadas pelo juiz ou pelo Ministério Público.
 - Fornecer às autoridades judiciárias as informações necessárias à instrução e julgamento dos processos.
 - Cumprir os mandados de prisão expedidos pelas autoridades judiciárias.
 - Mandar arquivar autos de inquérito.
78. No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, segundo o Código de Processo Penal, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação passará:
- Ao ministério Público.
 - Cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
 - Ao descendente, ascendente, irmão, cônjuge.
 - Qualquer pessoa interessada.
79. Segundo o Código de Processo Penal, salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá do direito de queixa ou representação, se não exercer dentro do prazo de:
- 2 (dois) anos, contados do dia em que vier a saber quem é o autor do crime.
 - 6 (seis) meses, contados do dia em que vier a saber quem é o autor do crime, ou, no caso de ação privada subsidiária da pública, do dia em que se esgotar o prazo para o oferecimento da denúncia.
 - 30 (trinta) dias, contados do dia em que vier a saber quem é o autor do crime, ou, no caso de ação privada subsidiária da pública, do dia em que se esgotar o prazo para o oferecimento da denúncia.
 - 1 (um) ano, contados do dia em que vier a saber quem é o autor do crime.
80. No que tange a ação penal pública condicionada, a representação será irretroatável quando:
- Não cabe retratação nos casos de crime sujeitos a ação penal pública condicionada.
 - Depois de recebida a denúncia.
 - Depois de oferecida a denúncia.
 - Depois de oferecida a queixa.
81. Perdão é o ato pelo qual o ofendido ou seu representante legal desiste do prosseguimento da ação penal. Em relação a este instituto é correto afirmar:
- O perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que o recusar.
 - Concedido o perdão, mediante declaração expressa nos autos, o querelado será intimado a dizer, dentro de dez dias, se o aceita, devendo, ao mesmo tempo, ser cientificado de que o seu silêncio importará aceitação.
 - Se o querelante for menor de 21 e maior de 18 anos, o direito de perdão poderá ser exercido por ele ou por seu representante legal, mas o perdão concedido por um, havendo oposição do outro, não produzirá efeito.
 - O silêncio do querelado, mediante concessão de perdão do querelante não importará em aceitação.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e III estão corretas.
 - Apenas a assertiva III está correta.
82. A prisão temporária, cuja finalidade é a de acautelamento das investigações do inquérito policial, será provisória e tem sua duração expressamente fixada em lei. Esta duração a que se refere à lei é de:
- 15 (quinze) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
 - 30 (trinta) dias, não cabendo prorrogação.
 - Tantos dias quantos bastarem para a conclusão do inquérito policial.
 - 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
83. Não há crime quando o agente pratica o fato:
- Em estado de necessidade.
 - Por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, ao tempo da ação ou da omissão, sendo inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
 - Em legítima defesa.
 - Em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.
- A sequência correta é:
- Apenas a assertiva II está correta.
 - Apenas as assertivas I e II estão corretas.
 - Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
84. O concurso de pessoas, também denominado de concurso de agentes, ou co-delinquência, implica na concorrência de duas ou mais pessoas para o cometimento de um ilícito penal. Segundo o Código Penal é **INCORRETO** afirmar que:
- Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.
 - Não se comunicam às circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.
 - Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até um sexto, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.
 - O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.
85. São penas restritivas de direito:
- Prestação pecuniária e perda de bens e valores.
 - Multa.
 - Prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas.
 - Interdição temporária de direitos.
- A sequência correta é:
- Apenas a assertiva III está correta.
 - Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e II estão corretas.
86. Atualmente, quantas são as circunscrições judiciárias do Estado de Mato Grosso do Sul:
- Doze.
 - Quinze.
 - Dez.
 - Onze.
87. As comarcas são classificadas, de acordo com o movimento forense, densidade demográfica, rendas públicas, meios de transporte, situação geográfica, extensão territorial e outros fatores socioeconômicos de relevância. No Estado do Mato Grosso do Sul são consideradas comarcas de entrância especial as dos municípios de:
- Campo Grande, Ponta Porã e Parnaíba.
 - Campo Grande e Dourados.
 - Campo Grande e Ponta Porã.
 - Campo Grande, Dourados, Novo Mundo e Aquidauana.
88. São requisitos necessários para a elevação de uma comarca à categoria de segunda entrância:
- Movimento forense superior a quatrocentos feitos anuais, verificado no relatório do juiz de direito diretor do foro da respectiva comarca.
 - Prévia correição e parecer da Corregedoria-Geral de Justiça sobre a medida.
 - Conveniência e oportunidade da administração.
 - A existência de unidade de internação de adolescentes, comprovada por informações fornecidas pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I e III estão corretas.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.

89. Os desembargadores, no âmbito das Turmas ou das Seções, do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul substituem-se uns aos outros, na ordem:
- Dada em sorteio.
 - Decrescente de antiguidade.
 - Crescente de antiguidade.
 - Determinada no planejamento estratégico anual.
90. Após a verificação da vaga a indicação para o preenchimento do cargo de desembargador será feita no prazo de:
- Até vinte dias.
 - Até trinta dias.
 - Até quarenta e cinco dias.
 - Até sessenta dias.
91. Os valores dos emolumentos devidos pelos atos praticados pelos serviços notariais e de registro quando devidos por estabelecimentos hospitalares ou de ensino que prestem serviços inteiramente gratuitos serão cobrados reduzidos à razão de:
- 100%
 - 50%
 - 25%
 - 75%
92. Todo o procedimento de comunicação de dados entre a Unidade Interligada e os Serviços de Registro Civil das Pessoas Naturais no Estado do Mato Grosso do Sul deverá ser:
- Realizado pela internet, com uso de email devidamente cadastrado acessado através do sistema MS-Outlook.
 - Realizado pela internet, com uso de certificação digital que atenda aos requisitos da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICPBrasil, e aos padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico.
 - Realizado em meio físico, com uso de livros específicos que atendam aos requisitos fixados em lei.
 - Realizado em meio físico, com uso de relatórios diários os quais devem atender as especificações da Corregedoria de Justiça.
93. Considera-se Unidades Interligadas de Registro Civil das Pessoas Naturais aquelas instaladas em maternidades ou estabelecimentos de saúde que realizam partos no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, sendo que seu horário de funcionamento será:
- De segunda à sexta, das 09 às 15 horas, e nos finais de semana em regime de plantão cuja escala deverá ser publicado em local ostensivo e de fácil visualização da maternidade ou estabelecimento de saúde que realiza parto.
 - De segunda à sexta, das 08 às 18 horas, e nos finais de semana das 08 horas ao meio dia.
 - De segunda à sexta, em horário a ser convencionado entre o registrador e o estabelecimento de saúde, ressaltando, ainda, os plantões a serem implantados para os finais de semana e feriados, cuja escala deverá ser afixada previamente em local ostensivo e de fácil visualização da maternidade ou estabelecimento de saúde que realiza parto.
 - De segunda à sexta, das 07 às 19 horas, e nos finais de semana das 07 horas ao meio dia.
94. Em relação a Escritura Pública de Declaração de Convivência de União Homoafetiva perante os Cartórios de Serviços Notariais no Estado do Mato Grosso do Sul, pode-se afirmar:
- Não estão autorizados Cartórios de Serviços Notariais do Estado a lavrar escritura pública de declaração de convivência de união homoafetiva entre pessoas plenamente capazes.
 - Caberá aos Cartórios de Serviços Notariais do Estado lavrar escritura pública de declaração de convivência de união homoafetiva entre pessoas plenamente capazes, independente da identidade ou oposição de sexo.
 - A união afetiva pode ser reconhecida como entidade familiar, servindo como prova de dependência econômica, constituída para os efeitos administrativos de interesse comum perante a Previdência Social, Entidades Públicas e Privadas, Companhias de Seguro, Instituições Financeiras e Creditícias e outras similares.
 - A escritura será realizada como instrumento para os casais homoafetivos que vivam uma relação de fato duradoura, em comunhão afetiva, com ou sem compromisso patrimonial, legitimarem o relacionamento e comprovarem seus direitos, disciplinando a convivência de acordo com seus interesses.
- A sequência correta é:
- Apenas a assertiva I está correta.
 - Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
 - Apenas assertivas II e IV estão corretas.
 - Apenas assertivas I e III estão corretas.
95. No Estado do Mato Grosso do Sul o juiz substituto somente poderá pedir nova remoção ou permuta após o prazo de:
- Cento e vinte dias de permanência na circunscrição.
 - Dois anos de permanência na circunscrição.
 - Seis meses de permanência na circunscrição.
 - Um ano de permanência na circunscrição.
96. Prêmio Nobel da Paz por sua luta contra a violência racial na África do Sul, Nelson Mandela, Madiba, como era chamado na sua terra natal, foi o grande líder e defensor do movimento *Anti Apartheid*, passou 27 anos preso e se tornou o primeiro presidente negro daquele país. Quanto ao *Apartheid*, sistema de organização política implantado na África do Sul a partir de 1948 é correto afirmar:
- Proibia o casamento entre brancos e negros.
 - Proibia a livre circulação de negros, sendo necessária a obtenção de um documento que autorizava o deslocamento.
 - Determinava que todos os registros (certidão de nascimento, identidade, entre outros) deveriam conter expressa a raça, ou seja, branco ou negro.
 - Proibia negros no uso de determinadas instalações públicas (bebedouros, banheiros públicos).
- A sequência correta é:
- Apenas os itens I e II estão corretos.
 - Apenas os itens II e IV estão corretos.
 - Apenas os itens II e III estão corretos.
 - Os itens I, II, III e IV estão corretos.
97. Muitos foram os protestos e manifestações ocorridas no Brasil durante o ano de 2013. Em muitos destes os populares se apresentavam anonimamente utilizando uma máscara igual à apresentada no modelo abaixo.



Esta máscara refere-se a:

- Loki cuja popularidade veio com o filme *The Mask*.
 - Guy Fawkes cuja popularidade veio com o filme *V for Vendetta*.
 - George Sidney cuja popularidade veio com o filme *Scaramouche*.
 - Hannibal Lecter cuja popularidade veio com o filme *O Silêncio dos Inocentes*.
98. A BBC Brasil elaborou e publicou em 31 de dezembro de 2013 uma lista com dez desses personagens Brasileiros que fizeram história em 2013 e que puseram o Brasil nos holofotes do mundo com suas conquistas, tragédias e polêmicas. Dentre estes personagens do ano de 2013 para a BBC-Brasil **NÃO** se encontram:
- Tiririca, Luiz Inácio Lula da Silva e José Sarney.
 - Fernanda Lima, Roberto Azevêdo e Pedreiro Amarildo.
 - Eike Batista, Joaquim Barbosa e Roberto Azevedo.
 - Eike Batista, David Miranda e Joaquim Barbosa.
99. Em novembro de 2013 o supertufão "*Haiyan*", de categoria 5, deixou 5.500 mortos, 26.136 feridos, 1.757 desaparecidos e 9,9 milhões de afetados. Em que país ocorreu tal tragédia:
- Estados Unidos.
 - Moçambique.
 - Somália.
 - Filipinas.
100. Apontado por muitos como o ano do fim do mundo, 2012 foi mesmo um ano de muitos acontecimentos improváveis. No Brasil, uma série de 36 fotos de uma pessoa pública do meio artístico em poses sensuais vazaram em sites de compartilhamento na Internet. Em exatamente dez dias depois da divulgação, os autores do crime foram descobertos. Tal fato acabou gerando a aprovação de uma nova lei federal no País que passou a instituir o crime de invasão de dispositivo informático. Essa nova lei ficou conhecida como:
- Lei Carolina Dieckmann.
 - Lei de Cyber Crimes.
 - Lei de Direitos Autorais.
 - Lei Maria da Penha.